



Boletim Informativo - **Nova Cartografia Social dos Babaçuais**

1

Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí





## EXPEDIENTE

Periodicidade: irregular;

Idioma: Português

## EDITORIAL

### PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA – PNCSA

#### Coordenação:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

#### Responsabilidade Editorial:

Jurandir Santos de Novaes

#### Projeto Gráfico:

Marcela Costa de Souza

#### Diagramação e Capa:

Marcela Costa de Souza

#### Revisão:

Jurandir Santos de Novaes

Carmen Lúcia Silva Lima

## CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de

General Sarmiento, Argentina

Henri Acselrad – IPPUR – UFRJ, Brasil

Charle Hale – University of Texas at Austin,

Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ,

Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAE/UFPA,

Brasil José Sérgio Leite Lopes – PPGAS-

MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana Jr. – Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa Jr. – LAI FU – Berlim, Alemanha

Heloisa Bertol Domingues – MAST, Brasil

Luiz Antonio de Castro Santos – UERJ, Brasil

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEA, Brasil

## CONTATO

**Divulgação:** UEA Edições/PNCSA

**Endereço:** Av. Leonardo Malcher, 1728, 6º

andar – UEA/ESAT 69010-170 – Centro –

Manaus, AM

**Contato:** pnlsa.ufam@yahoo.com.br

## Boletim Informativo - Nova Cartografia Social dos Babaçuais

Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí

**O Boletim Informativo - Nova Cartografia Social dos Babaçuais** – inicia com o primeiro boletim informativo apresentando informações sobre os babaçuais em locais até então desconhecidos, inclusive pelo MIQCB. O babaçu é um importante produto do agroextrativismo e uma fonte de geração de renda imprescindível para as famílias que estão inseridas no circuito econômico do babaçu. É um elemento que norteia a organização social e produtiva de mais de 300 mil quebradeiras de coco. Para elas, todas as dimensões da vida estão relacionadas aos babaçuais, que estruturam a construção da identidade coletiva, a manutenção do conhecimento tradicional que vem sendo transmitido através das gerações e a criação de um movimento politicamente organizado no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins - o Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, constituído no ano de 1995.

**Projeto Cartografia Social como Estratégia de Fortalecimento do Ensino e da Pesquisa Acadêmica: Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia e Projeto Mapeamento da Região Ecológica do Babaçu**

Boletim Informativo  
Número 1 – Janeiro 2019

#### COORDENAÇÃO GERAL DO PNCSA

Alfredo Wagner Berno de Almeida - CESTU/UEA

Rosa Elizabeth AcevedoMarim - NAEA – UFPA

**COORDENAÇÃO DO PROJETO CARTOGRAFIA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO ENSINO E DA PESQUISA ACADÊMICA: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA E PROJETO MAPEAMENTO DA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU**

Cynthia Carvalho Martins  
Jurandir Santos de Novaes

#### EQUIPE DE PESQUISA/ORGANIZADORES DESTA EDIÇÃO

Carmen Lúcia Silva Lima  
Márcia Leila de Castro Pereira  
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

#### PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS

Altamiran Ribeiro Lopes  
Antônio James Rodrigues dos Santos  
Caio de Menezes Cabral  
Laésio Luz Santos  
Francisco José Sousa Rocha  
Francisca Rodrigues Santos (Chica Lera)  
Paulo Henrique Sousa Santos  
Sônia Maria Ribeiro de Souza

#### BOLSISTAS PREX UFPI

Maria do Espírito Santo Ferreira Campos  
Maria das Mercês Leal dos Anjos  
Breno de Sousa Rocha  
Vivian Ribeiro Magalhães

#### BOLSISTA PIBIC UFPI

Cristhyan Kaline Soares da Silva

#### CARTOGRAFIA

Jessica Maria Barros da Silva  
Luís Augusto Pereira Lima

#### REGISTRO VISUAL

Carmen Lúcia Silva Lima  
Dayanne Thais da Silva Santos  
Ilana Magalhães Barroso  
Márcia Leila de Castro Pereira  
Pâmela Lúcia Leal da Silva  
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

#### EQUIPE DE PRODUÇÃO DAS LEGENDAS

Carlos Daniel V. dos Santos  
Jânio Gomes de Carvalho  
Maria das Mercês Alves de Sousa

#### EQUIPE DE COLETA DOS PONTOS DE GPS

Francisco José Sousa Rocha  
Maria do Espírito Santo Ferreira Campos  
Maria das Mercês Leal dos Anjos  
Maria das Mercês Alves de Sousa

## FICHA CATALOGRÁFICA

B688 Boletim Informativo - Nova Cartografia Social dos Babaçuais / Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí – N. 01 (jan. 2019) / Coordenação da pesquisa: Carmen Lúcia Silva Lima – Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

Irregular.

Coordenação do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (NCSA/CESTU/UEA, CNPq) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA-NAEA/PNCSA)

ISSN: 2674-743X

1. Quebradeiras de Coco. 2. Agroextrativismo. 3. Babaçual. I. Título.

CDU: 316.35:394



Babaçuais no Cerrado Piauíense

### Situação dos babaçuais e das quebradeiras de coco babaçu

O babaçu é um importante produto do agroextrativismo e uma fonte de geração de renda imprescindível para as famílias que estão inseridas no circuito econômico do babaçu. É um elemento que norteia a organização social e produtiva de mais de 300 mil quebradeiras de coco. Para elas, todas as dimensões da vida estão relacionadas aos babaçuais, que estruturam a construção da identidade coletiva, a manutenção do conhecimento tradicional que vem sendo transmitido através das gerações e a criação de um movimento politicamente organizado no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins – o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, constituído no ano de 1995.

Criado com o intuito de defender os interesses sociais, políticos e econômicos das quebradeiras, o MIQCB combate às formas de violência que atingem seus membros e desenvolve ações que favoreçam ao reconhecimento identitário e a preservação dos babaçuais. A Lei do Babaçu Livre é uma reivindicação prioritária do movimento.



Francisca, Coordenadora Geral do MIQCB, entregando o Projeto de Lei do Babaçu Livre aos representantes do poder público, na comemoração do Dia da Quebradeira de Coco em Esperantina (PI), 23/09/2017.



Comemoração do Dia da Quebradeira de Coco em Esperantina (PI), 23/09/2017.

Visando o estabelecimento de direitos, o MIQCB dialoga com o poder público na esfera municipal, estadual e federal. Contudo, esta relação é caracterizada por ambiguidades: há momentos em que ele se comporta como parceiro e defensor; mas há situações em que ele favorece aos grandes grupos econômicos e seus empreendimentos, tornando-se um forte adversário.

No Piauí, o movimento desenvolve atividades em 35 comunidades situadas nos municípios de Barras, Esperantina, São João do Arraial, Morro do Chapéu, Luzilândia, Madeiro e Joca Marques. O raio de atuação mais intenso é o Território Cocais. Devido ao desempenho político do MIQCB, os babaçuais existentes no referido território têm maior visibilidade enquanto problema socioambiental. Durante a pesquisa realizada

pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), nos anos de 2015 a 2018, foi registrada uma complexa articulação que envolve relações bastante diversificadas, constituída de movimentos sociais tais como sindicatos de trabalhadores/as rurais de diversos municípios (Madeiro, Luzilândia, Esperantina, Porto, São João do Arraial, Barras, Miguel Alves e União), Escola Família Agrícola dos Cocais (EFA COCAIS), Escola Família Agrícola Soinho (EFA SOINHO), Centro de Educação e Assessoria Ambiental (CEAA) e Associação de Quebradeiras de Coco de Miguel Alves. A rede de

relações inclui também organizações governamentais e não governamentais: Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí (FETAG – PI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O universo das quebradeiras de coco é constituído por mulheres que estão organizadas no MIQCB e/ou vinculadas a outras possibilidades organizativas, tais como sindicatos de trabalhadores/as rurais, associações, cooperativas e pastorais da igreja católica. Esta configuração é verificada no Território Entre Rios (municípios de Miguel Alves, União, Teresina, Lagoa Alegre, Palmeiras e São Pedro do Piauí) e na região sul do Piauí. Nestes locais, a questão dos babaçuais integra a pauta de lutas dos movimentos sociais, gerando reivindicações que coexistem com as demandas de outras coletividades tais como assentados/as, trabalhadores/as rurais, ribeirinhos/as, pescadores/as e brejeiros. Nos referidos municípios, a aproximação com o MIQCB está sendo promovida pela Comissão Pastoral da Terra, que incluiu as quebradeiras de coco babaçu em suas ações.



Comemoração do Dia da Quebradeira de Coco em Esperantina (PI), 24/09/2016.



Reunião com quebradeiras de coco da Comunidade São Francisco, em Palmeira do Piauí, 27/07/2016.



Equipe do PNCSA visitando floresta de babaçu, na comunidade Anajá, em Palmeira do Piauí, 28/07/2016.

A atuação do MIQCB favorece a percepção de que só existe babaçu na área de atuação do movimento. No levantamento de dados preliminares realizado pelos pesquisadores do PNCSA na FETAG/PI e no INTERPI, por exemplo, foi encontrado informações sobre a ocorrência apenas no Território Cocais e Entre Rios. Posteriormente, durante o trabalho de campo realizado em comunidades do Cerrado, constatou-se que a floresta está presente nesta região e é bem mais extensa do que se imaginava.



Dona Chica Lera falando sobre o MIQCB para as quebradeiras de coco da Comunidade São Francisco, em Palmeira do Piauí, 27/07/2016.



Reunião com quebradeiras de coco da comunidade Corrente Pará, na Região de Parabatins, município de Currais, 28/07/2016.

Este boletim apresenta informações sobre os babaçuais em locais até então desconhecidos, inclusive pelo MIQCB. Ao longo do trajeto de Teresina à Santa Filomena, a nossa equipe de pesquisa georeferenciou inúmeras manchas de babaçu nos municípios percorridos. Visitas às comunidades localizadas em Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Cristino Castro, Currais, Palmeira do Piauí e Santa Filomena permitiram o registro de diversas situações: há locais em que a floresta de babaçu é densa, com o predomínio e a abundância de coco babaçu; em outros, o que existem são manchas que convivem com outras vegetações e têm locais em que há forte degradação e desmatamento, beirando quase a extinção. Estas configurações estão intimamente relacionadas com o processo de ocupação dos espaços. A preservação é mais intensa nos locais habitados pelos Povos do Cerrado. Inversamente, a devastação acontece mais acentuadamente onde o agronegócio instalou os plantios de soja e milho.



Reunião na comunidade Sítio, em Cristino Castro, 29/07/2016.



A nossa região de Currais é riquíssima de coco babaçu. Lá as quebradeiras trabalham de forma artesanal, elas usam pra tirar o óleo pra alimento e a casca pra carvão. Eu tenho uma cunhada e uma vizinha que a maior renda delas é do coco. Só que não é reconhecido, não é valorizado”.

(Maria Aparecida, Assentamento São Marcos, em Currais, 17/06/2017).



Eu nasci nesse lugar aqui e sempre vendo minhas irmãs quebrando coco. Aí eu comecei a quebrar o coco. Aqui mesmo no nosso meio o cocal é pouco. A gente tem que ir pra outro interior pegar o coco...tem que pagar um carro pra trazer. Mas mesmo com muita dificuldade, a gente luta e acha muito bom porque o que a gente fizer já é uma ajuda”.

(Maria Arli, Comunidade Anajá, em Palmeira do Piauí, 27/07/2016).

“Nasci e me criei aqui. Eu sou da roça. Faz uns 20 anos que eu quebrei coco. Eu ainda quebro, mas agora é mais pouco. Tenho 52 anos”.

**Maria do Socorro, Comunidade Anajá, em Palmeira do Piauí, 27/07/2016).**

“Ali nos Cocos (localidade) tem uma família que é a mulher e três rapazes, todo mundo quebra coco. A gente passa lá está coalhado de homem quebrando coco. É todo mundo junto”.

**(Maria de Jesus, Comunidade Corrente do Pará, em Currais, 28/07/2016).**



Quebradeira de coco da comunidade São Francisco, município de Palmeira do Piauí, 27/07/2016.

“Nasci e me criei aqui nessa localidade Sítio, que eu amo muito. Já tentaram me tirar daqui... Mas eu gosto é daqui, eu amo aqui. Eu nasci e me criei trabalhando da roça. Eu criei minhas filhas quebrando coco. Criei minhas filhas sem pai, mas quebrando coco. Foram bem criadas, são umas meninas lindas. Elas não estão aqui, estão morando em Brasília. Não tinha casa boa, móvel bom, mas a barriguinha era cheia. Eu tô aqui na luta, me sinto muito feliz. Eu gosto, eu amo meu trabalho. A única tristeza é que tenho é que nós estamos com esse coco tão fraquinho. Era muita gente aqui que quebrava de coco. Eu cansei de eu quebrar ali na máquina 200 pratos de coco...mas hoje não, até foram embora a metade. As quebradeiras de coco foram embora da comunidade”.

**(Aldenora, Comunidade Sítio, em Cristino Castro, 29/06/2017).**

## Os Povos do Cerrado se opõem ao agronegócio



Empresa Bunge, em Santa Filomena, 04/11/2016.

O Cerrado abriga diversos povos e comunidade tradicionais tais como quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ribeirinhos, pescadores, brejeiros, trabalhadores/as rurais e assentados, que são denominados de Povos do Cerrado. Estas coletividades compartilham de um mesmo princípio: a defesa das florestas nativas. Por esta razão, lutam contra a devastação ocasionada pelo agronegócio.

A agricultura empresarial chegou ao sul do Piauí ocasionando degradação ambiental e desencadeando inúmeros conflitos sociais que giram em torno de disputas territoriais e acesso aos recursos ambientais. As quebradeiras de coco, assim como os demais Povos do Cerrado, sofrem as pressões dos fazendeiros, inclusive o uso da cerca para impedir o deslocamento, o acesso aos babaçuais e outros recursos naturais como a água. É uma forma de promover a expulsão das famílias do campo. Diante da resistência destes povos, surgem as ameaças de morte.



Jovens quebradeiras de coco babaçu da Comunidade Sítio, em Santa Filomena, 29/06/2016

Naquele cocal não aceitaram mais ninguém pegando coco. Agora estão cercando. Esse pessoal do assentamento pega coco na reserva, mas agora eles também colocaram cerca. Tinha o morador que foi morar no assentamento. Na comunidade Sítio, onde vivem 42 famílias, a atividade de quebradeira é praticada pela grande maioria das moradoras. O babaçu é maior fonte de renda, juntamente com a agricultura”.

(Quebradeira de coco da Comunidade Sítio, em Cristino Castro, 29/07/2016).

A gente nem sabe como é que é os donos destas propriedades. Eu não entendo. O pessoal mais velho, a minha vô que mora ali, ela disse que uma parte dessas terras era da avó dela, quando a vô dela morreu, a mãe dela ficou morando no local. Depois a mãe dela morreu e ela teve que acompanhar outras pessoas, ela não podia viver lá só. Ela lembra que não venderam as terras. Aí juntaram um grupo da família, uns três irmãos dela e cercaram um pedaço pra colocar uma roça esse ano. Aí o que eles fizeram, depois que chegaram aqui os paraibanos, eles chegaram lá, chegaram lá de moto serra e serraram a cerca. Quando eles chegaram lá só tava os paus, a madeira serrada. Não serviu mais o arame, não serviu mais a madeira. Aí eles estão querendo que eles provem que são os donos da terra, porque a minha avó não se lembra de ter vendido a terra. A gente sabe que eles não têm documento da terra”.

(Quebradeira de coco da Comunidade Sítio, em Cristino Castro, 29/07/2016).

O processo ilegal de grilagem de terras envolve violência de capangas e jagunços, que pode consistir em ameaças e assassinatos durante a expulsão das populações que resistem. Em certos casos os grileiros tentam comprar as áreas de pequenos produtores a preços mínimos e quando não conseguem utilizam a força. O processo de grilagem se concretiza com o cercamento da fazenda e com a implantação de segurança privada para vigiar a área grilada, a fim de garantir sua manutenção”.

(Afirmção do Ministério Público do Estado do Piauí. Capital, Teresina, 22/07/2016.  
Disponível em: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/americano-acusado-de-grilagem-no-piaui-tem-terras-bloqueadas>.

## Conflitos territoriais no Cerrado piauiense

“

Mas tem um senhor aqui que está tomando as terras. Teve aqui até polícia. Ele ameaça o povo, mata o gado das pessoas. Um tempo desses mataram nove gados dos daqui de baixo e não teve nada. Isso é uma grande injustiça. Esse povo vem lá do sul querer tomar as terras do povo daqui. E tem muito conflito na Laranjeira (localidade). Eles trazem o trator pra ameaçar o povo. O pessoal nascido e criado aqui a cento e poucos anos e não são donos. E os que vem lá do sul, do Mato Grosso, chega aqui e diz que é dono. Eles ameaçam o povo, sobe e desce com a polícia, com trator ameaçando o povo. É só sentar e chorar por que não tem mais nada a fazer. Aqui o conflito é grande. Eles já tomaram lá em cima (topo das serras) e agora querem tomar em baixo (baixões)”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Barra do Correntim, em Bom Jesus, 26/10/2017)**

“

Começou com o gaúcho, são dois que era sócio: um do Rio Grande do Sul e outro do Paraná. Eles chegaram aqui no Cerrado e não conseguiram tomar terra, outros gaúchos não deixaram. Daí eles desceram um pouco mais e chegaram até o povoado São Francisco, que é o Brejão. Eles tentaram invadir e conseguiram. Só que aí, os donos da terra foram obrigados a vender as terras para os próprios gaúchos, por que se não ia perder. Era vender ou perder. A Fazenda Ensole, fica a 25 quilômetros da comunidade São Francisco, você não aguenta passar perto que é só veneno. Inclusive eu uma vez fui passando de moto lá, a minha sorte é que parei, se não tinha jogado veneno em mim. O jatinho jogando veneno lá. Se você for lá no mês de setembro, dá uns dez mil hectares todo desmatado”.

**(Trabalhador Rural da Comunidade São Francisco, em Palmeira do Piauí, 17/06/2017).**

“

Aqui no Parabatins já teve confusão com esse negócio de terra, um dizendo que é meu, outro dizendo que é dele. Porque quando eles querem tomar é assim, eles inventam um documento novo, eu quero saber o antigo, da herança daqueles povos mais velhos, né. Aí uns vendem e os outros nem sabem, recebem o dinheiro e ficam nessa briga. Então fica enrolado, recebem a metade do dinheiro e ele não pode entregar aquela terra, porque ele não tem os documentos e aí fica assim. Então, o outro que é dono não quer ceder, aí fica nessa agonia e fica parado porque não resolvem, nem têm documentos.



Reunião em Corrente Pará, Região do Parabatins, em Currais, 28/07/2016.

E aí os que compram não quer dar o resto do dinheiro porque não têm os documentos. Às vezes, o dono que vendeu não tem o documento e não pode dar mesmo porque não tem. Aí fica desse jeito (...) Já tem havido confusão por aí que já foi obrigado parar porque os donos querem matar os encarregados que eles botam lá dentro. O dono vem visitar de avião e deixam os bobos lá arriscando a vida. Um sobrinho do meu esposo mesmo, quando chegou lá, que ele trabalhava de guarda, quando chegou lá, tinham queimado a barraca com tudo dele lá dentro”.

**(Trabalhadora Rural da Comunidade Corrente Pará, em Currais, 28/07/2016).**

O Cerrado piauiense, de acordo com a Lei nº 5.966 de 13/01/2010, é formado pelos municípios de Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Bertolinia, Santa Filomena, Gilbués, Currais, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Antônio Almeida, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Monte Alegre, Palmeira do Piauí, Manoel Emídio, Barreiras do Piauí, Corrente, São Gonçalo do Gurgueia, Redenção do Gurgueia, Elizeu Martins, Colônia do Gurgueia, Pavussu, Cristino Castro, Alvorada do Gurgueia e Parnaguá. Com concentração

maior no sul e sudoeste do Estado, ele compreende três dos territórios de desenvolvimento do Piauí: Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Território Chapada das Mangabeiras. Equivale a cerca de 11,86 milhões de hectares, ou seja, 46% da área do Estado. De acordo com a Fundação CEPRO, é o quarto bioma mais importante do Brasil e o primeiro do Nordeste.

Devido as suas potencialidades, constituiu-se como um espaço propício para investimentos agrícolas desde a década de 1970; contudo, foi na década de 1990, com o cultivo da soja, que ele despontou produtivamente. Investidores e empresas oriundas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, juntamente com investidores internacionais, passaram a agir na região e um mercado de terras bastante lucrativo se formou para empreendedores que vivem da especulação imobiliária rural. Atualmente, foi intensificado o interesse dos grandes produtores de grãos, que continuam chegando atraídos pela ampla divulgação da disponibilidade de terras com baixos preços, topografia plana, vegetação favorável e clima propício ao cultivo de monoculturas. Além destes, chegam também corporações, que são constituídas de fundos de investimentos e agem por meio de seus representantes tais como Agrifirma, BrasilAgro, Tiba, Agrinvest e Calyx Agro.

Historicamente, as elites agrárias vêm se beneficiando dos créditos, subsídios e outras ações do poder estatal. Nos anos 1970, por exemplo, a Lei Estadual Nº 3.271/73 determinou que as terras devolutas fossem incorporadas ao patrimônio da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), que por sua vez poderia alienar as terras públicas a empresários que quisessem investir no Estado e apresentassem um projeto de desenvolvimento. Nesta mesma década, investidores chegaram à região com recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e instalaram projetos de modernização da agropecuária e reflorestamento.

Sem controle ou transparência, negociações têm atendido aos interesses da agricultura empresarial, favorecendo a grilagem de terras. Extensas propriedades foram comercializadas a preços insignificantes.



Na realidade, o INTERPI de Santa Filomena, a visita do INTERPI de Santa Filomena é pra beneficiar projeteiros. Não existe visita do INTERPI para beneficiar pequenos trabalhadores. Não existe. Inclusive, na reunião com o Banco Mundial, que o Banco Mundial veio a pedido das comunidades, né. Que estavam reclamando que o INTERPI não estava ajudando as comunidades, não estava preocupado com a regularização...Então, o INTERPI trabalha em Santa Filomena para grileiros. Esses dias também eu tive notícias que uma equipe do INTERPI estava fazendo uma medição aqui para um dono de uma mina de calcário, empresa de calcário. Eu consigo até os nomes dos funcionários que estavam.

Eu não me recordo o nome não, mas eu vou, eu consigo levantar os nomes desses cabras. Então, não existe regularização para pequeno, não existe.

O que existe, o INTERPI veio aqui em noventa e oito e emitiu um título provisório e nunca mais...São pessoas que tem títulos provisórios do INTERPI, título provisório. Mas o grileiro entra por cima, ai não tem jeito. Mas o grileiro vai em cima e tem a documentação. Ele conseguiu”.

**(Membro do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Santa Filomena, 06/05/2018).**



Reunião com povo Gamela, comunidade Vão do Vico, localidade Sete Lagoas, em Santa Filomena, 06/05/2018.

## Grilagem de terras e expropriação territorial



Visita da equipe de pesquisa do PNCSA ao Sindicato de Currais, 28/07/2016.

A grilagem de terras como forma de expropriação territorial dos Povos do Cerrado tem sido um expediente bastante utilizado pelos agentes do agronegócio. Para abordar este problema, no ano de 1996, foi criada na esfera da Assembleia Legislativa do Piauí a Comissão Parlamentar de Investigação dos Conflitos Agrário, com a finalidade de apurar as negociações de terras públicas desde a década de 1970. O relatório final da CPI registrou problemas na administração do Patrimônio Imobiliário Rural. O Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) são definidos pela comissão como ineficientes e responsáveis pelo agravamento da estrutura fundiária e pelas ações de alienação onerosas que beneficiaram grupos empresariais, o que possibilitou a formação de novos latifúndios. A conclusão é que o Estado foi negligente ao não efetivar as “Ações Discriminatórias”, instrumento legal que possibilitaria a separação de terras públicas devolutas dos domínios de particulares. Esta omissão permitiu aos especuladores ocupar e dilapidar o Patrimônio Imobiliário Rural do Estado do Piauí. Os ilícitos praticados, que contaram com a conivência dos cartórios, têm sido alvo de ações do poder judiciário, tonando-se constantemente notícia nos meios de comunicação social.



O Eduardo é um rapaz daqui de Currais. Ele foi até candidato a prefeito aqui um tempo. Graças a Deus que ele não ganhou, senão ele tinha vendido Currais com nós tudo dentro. Ele pegou, ele fez uma escritura num documento lá em Santa Filomena, aí ele pegou uns rapazes lá do interior de Uruçuí pra registrar essas escrituras no cartório de Santa Filomena. Dizem que esses rapazes ganharam 30 mil reais”.

(Membro da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, Assentamento Tabocas, em Currais, 28/07/2016)



Relatório da Corregedoria de Justiça

Em 2001, a Corregedoria Geral de Justiça Estadual do Piauí determinou a inspeção e fiscalização dos cartórios da região Norte e Sul do Estado, através de uma Correição extraordinária. A pretensão era apurar a existência de falsificação de escrituras e documentos públicos e a omissão e procrastinação de funções com o objetivo de transferir imóveis estatais para o domínio de terceiros. Irregularidades foram detectadas, o que inclui o registro de áreas com dimensões muito superiores às originárias em novas escrituras. Foi sugerido pela Correição a anulação das escrituras irregulares e a criação de processo disciplinar para apurar as ações dos servidores praticantes das ilegalidades.



Em 2010 a Operação Mercadores deflagrada pela Polícia Federal desbaratou uma quadrilha que atuava com grilagem na região sul do Piauí e mais quatro estados. O juiz de Parnaguá, Carlos Henrique Teixeira, que atuava com a venda de sentenças e tráfico de influência, foi preso. Dois anos depois, o TJ-PI decidiu afastar o juiz por causa do envolvimento do magistrado no esquema que realizava grilagem de terras no Estado”.

(180 Graus. Teresina, 12/08/2016. Disponível em: <https://180graus.com/geral/cartorios-envolvem-juizes-e-ate-o-interpi-em-grilagem>).

No ano de 2010, Macário Oliveira, procurador do INTERPI, apresentou um relatório denunciando a grilagem de terras praticada por empresários paulistas na região de Parnaguá. Nesta ocasião foi revelado que, através de doações, os empresários paulistas tinham financiando campanhas eleitorais no ano de 2008 nos municípios de Alagoinha, Júlio Borges e Morro Cabeça no Tempo. Desconsiderando o documento, foi autorizada a regularização de mais de um milhão de hectares para os grileiros envolvidos no caso. Indignado com o ato, o procurador solicitou aposentadoria e divulgou um relatório com detalhes das ações criminosas, evidenciando a conivência dos cartórios de Parnaguá e Júlio Borges.



O grupo Ralf Nassar se apoderou das fazenda Faveira com 6.936 hectares, Taboril com 3.496 hectares, Canabrava com 3.890 hectares, Angico com 5.532 hectares, Timburi com 2.255 hectares, Pajeú com 2.484 hectares, Aroeira com 3.320 hectares, Bugreiro com 9.231 hectares e fazenda Mucuri com 3.777 hectares”.

(Acesse Piauí. Teresina, 06/08/2012. Disponível em: <https://www.acessepiaui.com.br/noticia/342/Grilagem-de-terra-no-Piaui-tem-envolvimento-de-autoridades> trecho do relatório do Procurador Macário Oliveira).

O Jornal Diário do Povo, em matéria do dia 29 de novembro de 2011, noticiou que a COMDEPI vendeu terras com escrituras falsas para o empresário paulista Leandro Rosa. As negociações envolveram mais de 30 mil hectares de terra em Ribeiro Gonçalves e Baixa Grande do Ribeiro. Procuradores do INTERPI emitiram um parecer apresentando provas dos crimes da COMDEPI e do INTERPI e solicitaram um inquérito policial devido às condutas criminosas de funcionários dos dois órgãos e dos cartórios. Estelionato, formação de quadrilha, falsificação de documentos e uso de documentos falsos são os delitos listados. Uma das transações citadas é a venda de 2.857,60 hectares de terras em Ribeiro Gonçalves, registrada no cartório deste município. A escritura, no entanto, faz referência a uma área no Residencial Esplanada, bairro Angelim, em Teresina.

Em 2012, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, para combater à grilagem de terra, foi criada a Vara Agrária em Bom Jesus e o Grupo Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem – GERCOG. O juiz Heliomar Rios Ferreira, titular da Vara Agrária, detectou irregularidades e solicitou a anulação

do registro de mais de meio milhão de hectares de áreas públicas. Em consequência de suas ações, o magistrado passou a ser ameaçado de morte, necessitando se deslocar com escolta armada. Ele anulou, ainda, matrículas de imóveis do empresário Euclides de Carli, conhecido como o maior grileiro da região sul do Maranhão e Piauí, devido à constatação de irregularidades no registro de propriedades. Levantamento feito pelo Ministério Público do Piauí indicou mais de 124 mil hectares de terras adquiridas indevidamente.



Entre as diversas irregularidades detectadas, também figuram casos de retificação imprópria das áreas adquiridas por Euclides de Carli. A Fazenda Livramento, ao que tudo indica, partiu de zero hectares para mais de 7 mil hectares. Outra propriedade, com 20 mil hectares, teria sido adquirida por João Emídio de Souza Marques através de uma ação de usucapião. Contudo, não foram encontradas informações sobre as partes envolvidas e o número do processo. Essa área também foi posteriormente vendida para Euclides de Carli...Ao todo, as terras adquiridas pelo empresário de forma irregular, de acordo com o levantamento executado pelo Ministério Público, somam mais de 124 mil hectares. Assim, a instituição requereu, em caráter liminar, o bloqueio de quinze matrículas de imóveis registrados no Cartório de Santa Filomena, e de uma escritura no Cartório de Bertolínea”.

(Coordenadoria de Comunicação Social do MP – PI. Teresina, 22/07/16.  
Disponível em: <http://www.mppi.mp.br>).

## A convivência dos Cartórios na grilagem de terras



Reunião com o povo Gamela, comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018.



A documentação toda que vem de cima desse serrado é toda falsificada. Tudo falsificado nesse cartório aí em Bom Jesus”.

(Indígena Gamela, Comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018).

A atuação dos cartórios tem sido recorrente na negociação irregular de terras públicas, tornando-se alvo de investigações. Além das ocorrências citadas anteriormente, em 2011, houve correição nas comarcas de Avelino Lopes, Gilbués e Parnaguá. Ao final, o relatório de apuração dos fatos registrou o crime de fabricação de escrituras. Em 2014, em Gilbués foram encontradas irregularidades tais como a emissão de registro sem averbações existentes e desmembramentos (divisões e vendas) de terras com uma totalidade superior a área original do imóvel. O cartório criava terras para se beneficiar da venda com documentos falsificados. Estes eventos fizeram com que o Corregedor Geral de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiros Martins, afastasse o oficial de registro público desta comarca. Em 2015, a oficial de registros público de Ribeiro Gonçalves foi cassada, após um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que investigou grilagem de terra no Cerrado e detectou irregularidades.



Segundo Sebastião Martins, foram detectadas "diversas irregularidades graves e inadmissíveis, caracterizando descontrolo nos atos e livros sob sua responsabilidade, comprometendo a segurança jurídica e os princípios básicos do direito registral". Ele acrescenta ainda, que "verificou-se, por exemplo, a presença de registros e averbações completamente genéricos, sem mencionar nomes, áreas e causas dos contratos, além de movimentações realizadas em uma matrícula, multiplicando sobremaneira o montante de terras ao qual se referia no início".

(Portal o Dia, Teresina, 05/02/2016. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/corregedoria-cassa-titular-de-cartorio-por-grilagem-de-terras-259533.html>).

Em 2016, a Promotoria de Justiça Regional Agrária e Fundiária apresentou uma ação para anulação de registro da Fazenda Bom Jardim, localizada em Monte Alegre e Gilbués, propriedade do empresário Júlio Lourenço Golin, devido a falta de registro válido.



De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o código do imóvel não estava cadastrado na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, sendo que o Certificado de Cadastro Rural (CCIR) apresentado pelo réu era de origem desconhecida, motivo pelo qual foi cancelado".

(Coordenadoria de Comunicação Social do MP – PI. Teresina, 24/06/16. Disponível em: <http://www.mppi.mp.br>).

Em março de 2017, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), em parceria com a Polícia Civil do Piauí, deflagrou a Operação Sesmaria com o objetivo de desbaratar organização criminosa responsável pela grilagem de milhares de hectares de terras no sul do Piauí. Esta operação resultou na prisão de um juiz aposentado, dois advogados e um agrimensor. De acordo com o promotor de justiça José William Pereira Luz, a prisão do juiz se deve ao fato de ele ter sentenciado com documentos falsos a reintegração de 24 mil hectares de terras.

Em agosto de 2017, o juiz da Vara Agrária de Bom Jesus julgou procedente a ação anulatória da Fazenda Boa Vista, localizada em Santa Luz do Piauí, região da Serra das Confusões, e registrada no cartório de Cristino Castro. O Promotor de Justiça Francisco de Assis Rodrigues de Santiago Júnior demonstrou que o registro original do ano de 1978, que fazia referência a um imóvel com 12.900 hectares, passou a ter mais de 158.000 hectares, correspondendo a um aumento de 1.230%.



Para o Juiz Heliomar Ferreira, trata-se de um verdadeiro caso de grilagem em áreas públicas. As terras em questão pertencem ao Parque Nacional da Serra das Confusões, que é uma unidade de conservação cujo principal objetivo é o resguardo de uma amostra significativa dos ecossistemas presentes no bioma de caatinga. O parque abriga inúmeros sítios arqueológicos de grande valor histórico, científico e cultural, além de apresentar diversos tipos de vegetação e clima. Por isso, além de julgar pela manutenção do bloqueio, como medida cautelar, o magistrado determinou que seja oficiado o Ministério Público Federal para que se apure eventual crime contra o sistema financeiro nacional".

(Coordenadoria de Comunicação Social do MP – PI. Teresina, 14/08/17. Disponível em: <http://www.mppi.mp.br>).

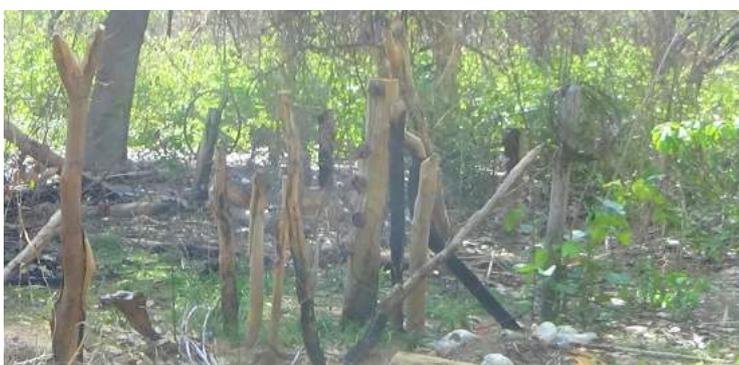
A grilagem de terras no sul do Piauí conta, ainda, com a atuação de agentes que operam em uma escala que extrapola as fronteiras nacionais. Recentemente, a atuação da Teachers Insurande and Annuity Association – College Retirement Equities Fund (TIAA-CREF) tornou-se manchete nos jornais. Trata-se de um fundo de pensão de professores dos Estados Unidos, sediado em Nova York, que investiu milhões de dólares no Cerrado piauiense e efetuou a compra de fazendas de Euclides de Carli, grileiro mencionado anteriormente. Estima-se que o fundo americano controle 270 mil hectares de terras no Brasil. Para burlar as regras de compra de terra por empresas estrangeiras, adotou a estratégia de agir em parceria com a Cosan S/A. Juntas criaram a Radar S/A, que age diretamente na especulação de terras. O dinheiro vem do fundo americano, mas uma vez que a Radar é uma empresa brasileira, tudo fica legitimado (Outras informações sobre essa questão acessar: [ww.epsjv.fiocruz.br](http://ww.epsjv.fiocruz.br)).

## O Estado favorece ao agronegócio

O Estado tem se eximido da função de regulador do mercado de terras e promotor da justiça social. Contrariamente, assumiu o encargo de executar atos que contribuam para o “progresso” e “desenvolvimento”, o que neste caso, equivale a realizar ações que favoreçam ao avanço do agronegócio. O processo de regularização fundiária empreendido no Piauí através Lei Ordinária nº 5.966/2010, que dispõe sobre a regularização fundiária do Cerrado Piauiense, é um exemplo de atuação do Estado em favor da agricultura empresarial. Ela beneficiou a posse ilegal de terras na medida em que possibilitou a convalidação dos títulos emitidos de forma equivocada e/ou sem autorização legislativa pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) ou pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI).

A Lei 6.709/2015, que trata da reforma, regularização fundiária e colonização de terras devolutas do Estado do Piauí, é outro exemplo legal de favorecimento ao agronegócio. Ela determina que a gestão e administração da política fundiária do Estado é competência do INTERPI. Esta norma tem sido criticada pelos Povos do Cerrado, pois ao prever apenas a titulação individual, a lei deixa de reconhecer os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Agrava, portanto, os conflitos existentes na atualidade.

Para impulsionar a regularização fundiária, o Governo do Estado firmou acordo de empréstimo com o Banco Mundial, no valor de 120 milhões de dólares, em 21 de dezembro de 2015. Um contrato de empréstimo para financiar o Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social ([www.interpi.pi.gov.br/download/201802/INTERPI24\\_fc36308a31.pdf](http://www.interpi.pi.gov.br/download/201802/INTERPI24_fc36308a31.pdf)) foi assinado em 27 de abril de 2016, com período de execução até 31 de dezembro de 2020. Entre as ações, contempla o apoio à execução do Programa de Estadual de Regularização de Terrenos do Piauí, estabelecido pela Lei 6.709, e o estabelecimento de um sistema de registro de imóvel confiável, transparente e eficiente.



Propriedade de trabalhador rural após o incêndio criminoso ocasionado por fazendeiro, localidade Chupé, Santa Filomena, 04/11/2016.



Trabalhador rural contando como ocorreu o incêndio criminoso em sua propriedade, 04/11/2016.

Em 29 de novembro de 2017, em Corrente, foi realizada uma audiência pública com o objetivo de conhecer e debater a expansão das atividades agrícolas e pecuárias dispostas pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. O evento contou com a participação das comunidades tradicionais, o juiz da Vara Agrária de Bom Jesus, membros do governo estadual, representantes da sociedade civil e autoridades do MPF, pertencentes ao Grupo de Trabalho “GT Cerrado”. Na ocasião, ganhou evidência os conflitos ocorridos na região de Santa Filomena e Gilbués. De um modo geral, a expansão dos plantios de monoculturas está agravando a concentração fundiária e a violência no campo, intensificando as disputas por territórios tradicionais e por água. Foram denunciadas as práticas de coerção utilizadas pelos grandes proprietários no intuito de obrigar as comunidades desocuparem as terras que lhes interessa. Ao final, foi constatada a necessidade de contemplar algum tipo de titulação específica que considere o uso coletivo da terra por povos tradicionais na Lei de Regularização Fundiária do Piauí, em vista de assegurar os direitos que eles possuem.

Em decorrência da audiência, o Ministério Público Federal (MPF), em 12 de dezembro de 2017, enviou formalmente um documento com três recomendações ao diretor do INTERPI, Herbert Buenos Aires, e ao diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser. Foi sugerido que sejam adotadas medidas de avaliação e correção dos efeitos negativos do programa financiado pelo Banco Mundial, objetivando prevenir e remediar as violações dos direitos à terra dos povos e comunidades tradicionais.

### RECOMENDAÇÕES DO MPF AO INTERPI E AO BANCO MUNDIAL

- a) que procedam à imediata suspensão da aplicação da Lei Estadual nº 6.709/2015 (Lei de regularização fundiária do Estado do Piauí), em relação às áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, até que sejam adotadas medidas que assegurem o direito de titulação coletiva dos referidos territórios, na forma em que já se encontram ocupados, conforme entendimento adotado pelo STF e contido nas normas de Direito Interno e Internacional sobre o tema;
  - b) que realizem estudo antropológico prévio para identificação, delimitação e avaliação da forma de ocupação das terras acima mencionadas, de modo a garantir, efetivamente, os direitos das comunidades que as ocupam;
  - c) que realizem consulta livre e informada aos povos e comunidades tradicionais diretamente afetados pela Lei Estadual n. 6.079/2015, assegurando-lhes o direito de manifestar-se sobre a forma pela qual exercem a posse atual de seus territórios e de que forma pretendem a regularização fundiária das terras devolutas e outras terras sob domínio do estado que ocupam.
- (Documento na íntegra, acessar: <http://www.mpf.mp.br/pi/sala-de-imprensa/noticias-pi/ministerios-publicos-promovem-audiencia-sobre-conflitos-agrarios-no-sul-do-estado>).

### Ações de resistência e enfrentamento

Os conflitos existentes no Cerrado estão todos relacionados às disputas territoriais, que revelam o choque entre concepções distintas do espaço e visões de mundo absolutamente opostas. Para as populações tradicionais, o Cerrado é um espaço de vivência da cultura e identidade; para os “projeteiros”, como são designados os fazendeiros do agronegócio, é uma fonte de exploração e produção de riquezas.

Embora haja uma correlação de força bastante desigual e uma conjuntura desfavorável, os Povos do Cerrado não estão passivos diante das agressões que sofrem. Em seus próprios termos, eles têm elaborado estratégias de enfrentamento. Os sindicatos de trabalhadores rurais e as pastorais da igreja católica têm sido um espaço de mobilização e resistência. Através destes, eles têm apresentado denúncias, que são reprimidas violentamente, inclusive com ameaças de morte.



O agrotóxico lá em Palmeira está matando muita gente. Os jovens que se formarem eu peço que não vá subir o Cerrado, pois lá é o caminho da morte. É como a comadre falou, lá em Belo Monte morre muito abacate, laranja e morreram depois do agrotóxico lá. Os aviões vêm jogando veneno e faz a volta bem em cima do pessoal lá. Os tratores desmatam e a gente só vê céu e terra, você não vê mais árvores... Nós somos contra e estamos lutando junto com a FETAG, a CONTAG. Estamos fazendo reuniões. Já fomos em Brasília pra combater esse uso do veneno. Tem outros produtos que podem substituir o veneno. Eu tenho a castanha do caju, você pega um quilo de castanha e coloca num litro de álcool, quebra ela e bota num litro de álcool e você pode burrifar ela na lavoura, no feijão, na melancia, nas verduras. Tem o ninho, o capim santo, tem a pimenta malagueta que você pode usar ela pra lagarta do olho do milho”.

**(Vice-presidente do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Palmeira, durante a Oficina de Produção do Mapa, na EFAVAG, em Cristino Castro, 17/06/2017).**

A mobilização dos Povos do Cerrado torna-se visível nos eventos em que eles realizam e participam. No ano de 2003, em Uruçui – PI, foi realizado o Primeiro Encontro Sobre o Cerrado: Ocupar com Sustentabilidade, com o apoio do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual – Curadoria do Meio Ambiente, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/PI), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/PI), Comissão Pastoral da Terra (CPT/PI e MA), Cáritas/PI, Diocese de Balsas/MA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Piauí e Maranhão. Neste evento constatou-se a ausência de uma gestão ambiental com um plano de manejo eficiente e racional, que assegure a conservação e preservação do Cerrado piauiense.

Em 27 de setembro de 2016 foi lançada a Campanha Nacional de Defesa do Cerrado ([www.semcerrado.org.br](http://www.semcerrado.org.br)), que conta com a participação de organizações, entidades religiosas e movimentos sociais. Com o tema “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, a campanha



Identidade visual da Campanha Nacional de Defesa do Cerrado

tem a pretensão de desenvolver ações que garantam a vida no Cerrado, entre ela a petição on-line ([www.semcerrado.org.br](http://www.semcerrado.org.br)) que propõe transformar o Cerrado e a Caatinga em Patrimônio Nacional.

A criação da Articulação Piauiense dos Povos Impactados pelo MATOPIBA (APIM) é outra ação de enfrentamento. Trata-se de uma clara oposição ao discurso ideológico de “última fronteira agrícola”, que tem a pretensão de justificar o processo de invasão em curso, através da divulgação da idéia de que o Cerrado piauiense era pouco habitado ou desprovido da presença humana. Através da Articulação são denunciados os crimes socioambientais que vem sendo praticados sem nenhuma penalidade: licenciamentos e desmatamentos irregulares, não realização de EIA/RIMA e grilagem de terras. São apontados os problemas ocasionados tais como a exclusão social, a expulsão dos trabalhadores do campo, o inchaço desordenado das cidades e a desertificação e extinção de inúmeras espécies animais e vegetais.



Eles tomaram um susto. Veio dois policiais e quatro carros da secretaria do meio ambiente. Isso tem uns trinta dias. Eles queriam ir nas roças pra queimar, por que disseram que nós não sabia queimar. Só quem sabia queimar era eles que eram concursado, eram habilitados pra fazer a queima regulada. Mas nós vivemos a vida toda aqui e nunca precisamos de ninguém pra queimar a roça. Se precisasse chamar, nós temos os brigadistas do IBAMA. Mas eles disseram que se aparecesse uma roça queimada, vocês vão ser multados e não vão mais ter condição de trabalhar. Eles pressionaram a gente assim: - Vocês vão ser multados e presos, vão pegar de 6 a 12 anos de prisão. Agora está todo mundo apavorado com medo de botar as roças. Eles disseram que os fiscais do IBAMA não mandam em nada, quem manda são eles”.

**(Trabalhador Rural, Comunidade Angical, em Santa Filomena, 30/10/2017).**



Eu estou com quatorze anos que moro no Angical e tenho quatro filhos. Meu esposo tem quatro anos que ele está adoentado com uma pancada no olho... Quando chegou uma pessoa pra medir a área do avô dele... veio medir pra fazer um colégio da Prefeitura. Quando ele bateu um ponto do gps, contou que já tinha um ponto no geo. Aí, mandaram verificar de quem, aí estava que era Fazenda Tangará. A área que é nossa já estava registrada como da Fazenda Tangará. Aí nós não fizemos nada... A gente ia fazer o que? Lá tudo era “enmatado”, mas está tudo derrubado. Lá não tem mais mato não. Só tem no baixão. Eles estão desmatando em cima da serra. Eles só não desmataram os baixões por que é onde nós moramos e eles registram como reserva. Em cima da serra está tudo desmatado”.

(Trabalhadora Rural, Comunidade Angical, em Santa Filomena, 30/10/2017).



Reunião na Comunidade Santa fé, em Santa Filomena, dias 26 e 27/10/2017

Na reunião realizada no dia 19 de junho de 2018, em Santa Filomena, criaram o **Coletivo das Comunidades Impactadas**, que tem a pretensão de unificar a luta em defesa dos territórios e contra o agronegócio. Com o lema “Todos por todos”, idealizaram reforçar a resistência através da parceria de todas as comunidades afetadas, com a finalidade de assegurar a permanência na terra. Ao final da atividade, determinaram a realização da Primeira Assembleia dos Povos e Comunidades do Cerrado do Piauí, agendada para novembro de 2018.



O coletivo vem fortalecer a luta das comunidades, e mostrar o Estado que nós existimos muito antes dessa soja que está aí, gerando riqueza pra quem é de fora e gerando fome e pobreza pra quem nasceu e se criou aqui nas comunidades. Nós somos povos e comunidades tradicionais do cerrado do Piauí, queremos ser respeitados e ninguém negue esse direito que é nosso, e sagrado”.

(Juvercino da Silva, comunidade Chupé, em Santa Filomena, 19/06/2018 - <https://www.cptnacional.org.br>).

As atividades do PNCSA (reuniões, oficinas, visitas, minicursos), realizadas durante os anos de 2016 a 2018, também foram espaços utilizados pelos Povos do Cerrado para refletir sobre os problemas vivenciados e fortalecer a luta coletiva que eles vêm empreendendo com o objetivo de assegurar o direito de existir.



## As riquezas do Cerrado e a prática do agroextrativismo



Buritizal na comunidade São Francisco, município de Palmeira do Piauí, 27/07/2016

O cerrado é considerado o segundo maior bioma brasileiro em extensão com mais de 1,5 milhões km<sup>2</sup>. Estende-se pelos estados do Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Tocantins e possui a savana mais rica em biodiversidade do mundo.



Babaquais em Cristino Castro, 15/06/2017.

No sul do Piauí, onde predomina este bioma, a diversidade da fauna e da flora é orgulho para os Povos do Cerrado. No que diz respeito à fauna, eles facilmente enumeram animais que durante muito tempo serviram de base para sua alimentação e que, no momento, estão em vias de desaparecimento devido à devastação causada pelo intenso desmatamento que vem sendo realizado pelo agronegócio. Já no que diz respeito à flora, há também uma infinidade de plantas e frutas que são encontradas apenas na região e que, assim como os animais, estão em processo de desaparecimento.

### RIQUEZAS DO CERRADO LISTADAS NA OFICINA DE PRODUÇÃO DO MAPA realizada na EFAVAG, em Cristino Castro (PI), 16 a 17/06/2017

#### ESPÉCIES ANIMAIS:

Anta, arara, ariranha, cachorro-do-mato, cachorro-vinagre, capivara, cararaca, cascavel, cervo, curicaca, cutia, ema, gambá, gato-palheiro, gavião, jacu, jibóia, juriti, lagarto teiú, lambu, lobo-guará, lontra, macaco-prego, mocó, onça-pintada, paca, papagaios, porco-espinho, preá, quati, queixada, seriema, tamanduá-bandeira, tamanduá-mirim, tatu-canastra, tatu-de-rabo-mole, tatu-galinha, tatu-peb, tucano, urubu caçador, urubu comum, urubu-rei e veado-mateiro.

#### ESPÉCIES VEGETAIS:

araçá, aroeira, babaçu, bacaba, brutos, buriti, buritirana, cagaita, cajá, cajarana, caju, cajuzinho-do-cerrado, campinã, canapun, carnaúba, catolé, catuaba, coco anajá, fava-danta, gabiropa, indaiá, jatobá, jenipapo, macaúba, manga, mangaba, marmelada, murici, muta, pati, pau d'óleo, pequi, piaçava, puçá, sucupira, tucun, umbu e umburana.

As potencialidades do bioma possibilitam a prática do agroextrativismo, aliada a agricultura familiar, que é constituída do cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, acerola, laranja, banana, mamão, abacate, carambola, abacaxi, manga, lima, seriguela, tamarindo, tangerina, goiaba, maracujá e ata. Outra fonte de sustentação é a pecuária, em que prevalece a criação de bovinos e caprinos.

“

Cada proprietário tem o seu pedaço de terra que tem coco dentro. Agora é assim, vamos supor a Carmen Célia tem uma propriedade com muito coco e ela não dá conta de quebrar tudo. Aí ela chega e chama aqui duas ou três mulheres pra ir lá quebrar o coco com ela. A gente faz tudo junto. O coco é dela, mas se eu chegar pra quebrar o coco, ela me apoia. Tem umas pessoas que tem e tem outras que não tem...A gente vive da roça, da agricultura. Tem a época do coco e a época do buriti. O buriti também nos ajuda. A gente vende a massa, o doce, o óleo. A gente compra o que vestir e o que calçar, os alimentos no mercado com o dinheiro do buriti. O coco também. Vamos supor, ela vende aí compra o alho, um chinelo...”

(Neide, Comunidade São Francisco, em Palmeira do Piauí, 27/07/2016).



Equipe de pesquisa na casa quebradeira de coco, na Comunidade São Francisco, em Palmeira do Piauí, 27/07/2017.

Em relação ao agroextrativismo, merece destaque o babaçu devido a sua produtividade. De acordo com as quebradeiras de coco da comunidade Corrente Pará, tanto o azeite como o mesocarpo, são produtos muito procurados na cidade de Bom Jesus. Até os médicos têm buscado as quebradeiras de coco para comprar estes produtos, principalmente o mesocarpo, que utilizam como vitamina para seus pacientes em suas clínicas.

“

Há 20 anos eu quebro coco. Tem dois médicos lá de Bom Jesus que me procuram pra eu fazer a massa na clinica dele. Ele pede o azeite e a massa. Eu não sei como ele faz, eu nunca fui na Clinica, vou só até a porta”.

(Maria de Jesus, Corrente Pará, Região de Parabatins, em Currais, 28/07/2016).



Altamiran e Prasilino saboreando o brutus - fruto do Cerrado, na zona rural de Santa Filomena, 05/11/2016.

Diferentemente dos “projeteiros”, que destroem a vegetação, os povos do Cerrado agem como guardiães da biodiversidade e utilizam os recursos naturais de forma sustentável. Os produtos do Cerrado são utilizados para alimentação, caça, pesca, habitação e produção de medicamentos e utensílios domésticos. Para fins diversos são extraídas fibras, corantes, frutas, raízes e folhas. Além do babaçu, o buriti, o pequi e fava-danta são os produtos de maior destaque na região. Destes, o pequi e a fava-danta também são bastante valorizados. O primeiro é utilizado na produção de óleo, o segundo é empregado na indústria farmacêutica e de cosméticos.

“

É assim, tem o coco babaçu, tem o coco catolé, tem o piaçaba. E tem outro coquim que quando a gente pega ele a coisinha dele é amarela. Em Palmeira tem dois tipo... A diferença é que a palha é seguida. Ali no meu lote tem o piaçaba. Ele são seis bagem. Ele vai saindo do chão e dá o cachim. Ele não é alto. Ele é mais mole pra quebra e pra serrar”.

**(Maria do Socorro, Comunidade Corrente Pará, Região de Parabatins, em Currais, 28/07/2016).**



Casa de beneficiamento de babaçu, Comunidade Sítio, em Cristino Castro, 15/06/2017.



Casa de beneficiamento de babaçu, Comunidade Sítio, em Cristino Castro, 15/06/2017.

Estes produtos são uma importante fonte de renda que integra a economia sustentável vivenciada pelas famílias locais. A produção de óleo e doce de buriti, desenvolvida de forma caseira e artesanal, contribui consideravelmente para a subsistência familiar. Essas produções têm sido impactadas pela devastação da floresta e a proibição de acesso imposta pelos “projeteiros”.

“

Eu tenho 56 anos e já trabalhei muito. Criei cinco filhas trabalhando no coco, buriti e a mandioca”.

**(Marlene, Comunidade Anajá, em Palmeira do Piauí, 28/07/2016).**

“

Nasci e me criei aqui. Comecei a quebrar coco ainda menina. Comecei a quebrar coco com a minha mãe. Mas agora estou doente com um problema na coluna seríssimo. O médico disse que eu não posso trabalhar, mas mesmo assim eu quebro coco, eu preciso. Aí eu vou e quebro. Tudo o que a gente faz é pra ajudar. Eu adoro quebrar o coco”.

**(Jucimara, Comunidade Anajá, em Palmeira do Piauí, 28/07/2016 ).**

“

Eu nasci no Parabatins, me casei com um rapaz daqui e comecei a quebrar o coco. Eu quebro, ele tora, depois nós moe. Vamos trabalhar é os dois. Aí eu vou e vendo pra ajudar ele no sustento da casa. O serviço daqui é esse: mandioca e quebrar coco”.

**(Marilene Comunidade Anajá, em Palmeira do Piauí, 28/07/2016).**

“

Eu comecei a quebrar coco desde os 15 anos e até hoje não parei. Eu já tenho 57 anos e ainda quebro”.

**(Salvadora, Comunidade São Francisco, em Palmeira do Piauí, 28/07/2016).**

## Os “projeteiros” e o problema do agronegócio



Paisagem do Cerrado: serra e baixão, em Palmeira do Piauí, 28/07/2016.



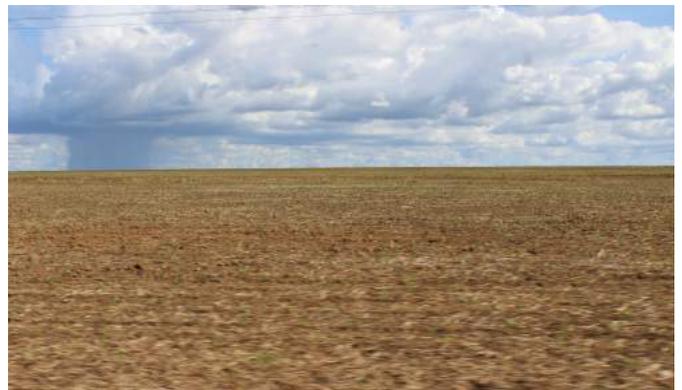
Não sabiam que serra dava muito dinheiro. Agora a serra está dando muito dinheiro”.

(**Maria de Jesus, Comunidade Corrente Pará, Região de Parabatins, em Currais, 28/07/2016**).

A região do Cerrado está severamente impactada pela ação dos “projeteiros” ou “gaúchos” - designação dada localmente aos fazendeiros do agronegócio. Os “projetos” – denominação usada para fazer referência às fazendas de soja e milho, provocaram um desarranjo no processo de territorialização dos Povos do Cerrado.

A geografia do Cerrado é constituída de serra e baixões. Os cultivos em longa escala foram situados no topo das serras, que antes eram destinados ao uso comum. Eram áreas compartilhadas coletivamente, locais utilizados para a caça, a coleta de mel e de frutos nativos. Designada “área de solta”, servia de pasto para os animais. “Era terra de ninguém, porque era todo mundo” afirmam com frequência.

Os Baixões, por sua vez, é o lugar onde estão localizadas as habitações das populações tradicionais e onde desenvolvem a agricultura, pecuária em pequena escala e a pesca. É a porção do Cerrado que ainda está preservada e que vem se tornando o lócus principal de conflitos e de grilagem de terras. Os “projeteiros” ocuparam o topo das serras e agora tentam expulsar as famílias, em vista de se apoderarem também dos baixões.



"Projeto" - fazenda do agronegócio, em Cristino Castro, 12/04/2017.



"Projeto" do agronegócio, em Baixa Grande do Ribeiro, 12/04/2017.

“

Como é que ele vem e entra nessa serra? Como eles podem entrar nessa serra e vender pra um projeteiro do Mato Grosso, do Rio grande do Sul, que é de onde eles vêm, né? De Goiânia, tudo eles vêm, né. Como é que eles entram aqui nessa área?... Eu gosto de defender o meu direito”.

**(Quebradeira de Coco, Comunidade Corrente Pará, Região de Parabatins, em Currais, 28/07/2016).**



Brejo contaminado, Comunidade Santa Fé, em Santa Filomena, 31/10/2017.

“

Desse lado (serra) é nosso. Pertence a nós. Nós não temos documento. Ele (fazendeiro) saiu tomando a frente de todo mundo e foi vendendo a serra. Ele tem nove processos na justiça. Nós mesmo deixa quieto. Ele desmata pra fazer projeto (plantação)...Eles chegam, pega, faz o projeto todo em cima da serra e acaba com tudo”.

**(Quebradeira de Coco, Comunidade Corrente Pará, Região de Parabatins, em Currais, 28/07/2016).**

As contendas ocorrem com maior recorrência onde há os cursos d'água, pois aliado aos baixões temos um sistema complexo de Brejos – alimentados por rios e córregos. Este sistema hídrico tem sofrido severas degradações tais como a contaminação pelo uso excessivo de defensivos agrícolas, que escorrem das serras. A água está poluída e muda de aspecto na época das chuvas. Existem ocorrências de desmatamento, assoreamento dos rios e morte e/ou diminuição dos peixes. Há, ainda, o sobrevoo de pequenos aviões que lançam agrotóxico nos baixões e nas pessoas e, não são raros, os relatos de doenças (câncer, problemas neurológicos, paralisia, dor de cabeça, coriza, alergias, diarreias) que, para eles, são consequências da contaminação por agrotóxicos e fertilizantes. Há inúmeros relatos de abacateiros, laranjeiras, buritizeiros, bananeiras e roçado de feijão sendo atacados por pragas de cascudo, mosca branca, lagarta, pulgão, lagarta militar, percevejo e gafanhotos. Estas pragas apareceram e/ou aumentaram após a chegada do agronegócio.



Derrubada de babaçu, Comunidade Sítio, em Cristino Castro, 16/06/2017.

## Cerrado: a “nova fronteira agrícola do país”

Nas últimas décadas, a região do Cerrado foi ocupada por grandes empreendimentos da agricultura empresarial. Este processo foi intensificado com a criação do MATOPIBA, a “nova fronteira agrícola do país”. Em 06/05/2015, o Governo Federal publicou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, através do Decreto nº 8.447, “que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (Disponível em <http://www.planalto.gov.br>).

A expressão MATOPIBA é um acrônimo formado pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e vem sendo utilizada para designar uma área geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados e se caracteriza pela expressão de uma “fronteira agrícola”, baseada na monocultura e no uso de tecnologia de produção em larga escala.

De acordo com a EMPRAPA, o território do MATOPIBA, abrange 31 microrregiões geográficas do IBGE, reúne 337 municípios e uma extensão territorial de 73.173,485 ha de terra. No estado do Piauí, compreende 4 microrregiões e 13 municípios. Esse território abarca predominantemente o Cerrado (90,9%), parte da Amazônia (7,2%) e da Caatinga (1,64 %).

Os Povos do Cerrado, assim como outros povos tradicionais, lutam contra o MATOPIBA. Eles reclamam que as ações desenvolvidas favoreceram a ocupação e expansão agrícola de grandes latifúndios e tem gerado gravíssimos impactos socioambientais, provocando problemas em toda a região. A grilagem de terras cresceu, o êxodo rural se intensificou, a violência e os conflitos pela posse da terra aumentaram, juntamente com a concentração fundiária e a riqueza nas mãos de poucas pessoas. Consequentemente, intensificou a pobreza, a perda da diversidade cultural e a biodiversidade, a diminuição da fauna e da flora, a contaminação dos recursos hídricos e mutações genéticas devido ao uso de sementes transgênicas.



Visita às quebradeiras de coco, comunidade Sítio, em Cristino Castro, 16/06/2017.



Quebradeiras de coco, Comunidade Sítio, em Cristino Castro.

“ Historicamente os povos indígenas e comunidades tradicionais que habitam o Cerrado têm desenvolvido estratégias de convivência em harmonia com a natureza, desempenhando o papel de Guardiões dessa biodiversidade. Diante da importância desse patrimônio para nossos povos e comunidades, manifestamos nossa indignação com o quadro atual de propostas de expansão do agronegócio para o Cerrado”.



"Projeto" em Baixa Grande do Ribeiro, 12/04/2017

# FAZENDAS LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO GAMELA NO PIAUÍ



Palmeira do Piauí  
Cristino Castro

9°00'S

9°00'S

45°00'0

45°00'0



## Legenda

- Trajeto
- 1. Fazenda
- 2. Fazenda Nova
- 3. Fazenda Km 373
- 4. Início da Transposição
- 5. Fazenda Pargná
- 6. Fazenda Paraná
- 7. Fazenda Paraíba
- 8. Fazenda Salinisco
- 9. Fazenda Alvorada
- 10. Fazenda Goleiro Gurguela
- 11. Fazenda Conquista
- 12. Fazenda
- 13. Fazenda Santos
- 14. Fazenda
- 15. Fazenda Painer Cede 2
- 16. Fazenda Painer "Casp"
- 17. Fazenda Marcelino Maria 2
- 18. Fazenda Santa Isabel à 7 km
- 19. Fazenda Estrela
- 20. Fazenda Estrela
- 21. Fazenda Bom Jardim
- 22. Fazenda São Pedro
- 23. Fazenda Flor da Serra (Grupo Magnóli)
- 24. Fazenda Campanh
- 25. Fazenda Galileu
- 26. Fazenda Santa Teresa
- 27. Fazenda SLA (AGROBAHIA)
- 28. Fazenda Rosadia
- 29. Fazenda Quilombo
- 30. Fazenda Tapeja (Rosadia)
- 31. Fazenda / Plantação de Algodão

1:750.000

Sistema de Coordenadas Geográficas UTM

Datum: SIRGAS 2000

Base de Dados: IBGE

Geoprocessamento: Romário Gonçalves da Silva, Vivian Ribeiro Magalhães - 2018

Equipe de Pesquisa: Carmen Lima, Crisidhyam Kaline, Breno Rocha, Palmalinda

PNCSA - UFPI

Cedência da Carta de Serviço: Eri, HEB, Gama, 2008. Informes: INCSP/UFPI, NCC, Eri, Japa, HETL.



Políticas, planos e projetos iniciados na década de 1970, contando com grande volume de investimentos nacional e internacional, assumem no momento a denominação de Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA MATOPIBA). Instituído através do Decreto nº 8447, esta proposta nada mais é que a manutenção da velha e contínua política desenvolvimentista promotora de violências, de degradação ambiental, trabalho escravo e desigualdades sociais e econômicas do campo brasileiro. Cresce a pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas gerando um intenso processo de grilagem e processo de especulação fundiária aumentando os conflitos de terra. Entre 2005 a 2014, do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado”.

(Carta Aberta em Defesa do Cerrado – Brasília (DF), 18/11/2016. Disponível em: <https://fase.org.br>).

## O sofrimento do Povo Gamela no sul do Piauí



Reunião com povo Gamela, comunidade Pirajá, Currais, 07/05/2018.



A bisavô do meu avô foi pegada a troco de cavalo e de cachorro. Nós somos da pontinha da rama. Da ponta da rama. Nós somos caboclos. Aqui tem muito caboclo aqui”.

(José Ferreira, indígena Gamela, Comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018)

Os indígenas Gamela fazem parte dos Povos do Cerrado impactados pelo agronegócio. Designados localmente de caboclos, são uma família bastante numerosa, com núcleos situados na zona rural dos municípios de Bom Jesus (Barra do Correntim), Baixa Grande do Ribeiro (Morro D'Água), Currais (Pirajá e Laranjeira) e Santa Filomena (Vão do Vico/Sete Lagoas). Habitantes da região do Cerrado, estas comunidades vem sofrendo um processo de expropriação territorial de longa data. Da mesma forma que os outros Povos do Cerrado, eles tradicionalmente utilizavam as serras para o pasto dos animais, caça, coleta de mel e frutos nativos. Contudo, no aspecto espiritual, eles possuem uma especificidade: acreditam que o Cerrado é morada dos “encantados” – índios do passado que atualmente vivem no reino da encantaria. Com a chegada dos “projeteiros”, os “encantados” perderam sua morada e foram obrigados a descer da serra. Agora vivem atormentados vagando pelos baixões. O mundo humano e o mundo dos encantos estão abalados pela ação do agronegócio. A cultura e a identidade indígena estão sendo impactadas pela invasão do território. Essa especificidade da cultura indígena acentua ainda mais o drama que eles vivenciam.

A equipe de pesquisa do PNCSA se deslocou no território dos Gamela, da comunidade Vão do Vico / Sete Lagoas, em Santa Filomena, até a Comunidade Pirajá, em Currais, passando pela Transcerrado. Neste percurso georeferenciou 30 fazendas do agronegócio. Isto significa que o território indígena está totalmente invadido pelos fazendeiros. Encurralados nos baixões, eles estão sendo vítimas de violências: proibição de deslocamento, restrição de acesso aos locais, uso de arma de fogo, ameaças de morte, contaminação dos recursos hídricos com agrotóxicos, derrubada e queimada de casas e de roçados.

Solicitaram a intervenção da FUNAI e a demarcação da Terra Indígena. Devido a gravidade da situação e a vulnerabilidade dos Gamela, funcionários do órgão indigenista oficial prometeram agilizar o processo. Eles aguardam ansiosos o cumprimento desta promessa, na esperança de que a demarcação os proteja da ação dos “projeteiros”.

CE

Na Laranjeira é assim, essa área de terra é do povo daqui, só que tem um rapaz que está tomando a terra do pessoal daqui de baixo. Teve aqui polícia um tempo desses ameaçando o povo. Ele mata gado e não tem nadinha. E a justiça só dá direito pra ele que é rico e os pobres, que é o dono da terra, estão sem direito a moradia deles. Até o gadinho deles se subir a serra morre. Outro dia mataram nove gados deles e não teve nada. Isso é uma grande injustiça, a terra é desse pessoal daqui e vem esse povo que vem lá do sul pra tomar a terra. E tem conflito... o pessoal que nasceu aqui, tem gente que morreu com mais de cem ano e não tem direito a terra e esse povo que veio do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso tudo é dono. Eles descem da serra com os tratores ameaçando o povo, já derrubaram até casa. Coloca a policia pra ameaçar o povo...aqui tem conflito”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Barra do Corretim, município de Bom Jesus, 27/10/2017).**



**James Gamela, Comunidade Barra do Corretim, município de Bom Jesus, 06/05/2018**

CE

Essas terras são desse pessoal que mora aqui há muitos anos. Eles chegaram se apossando dessas terras e vendendo para pessoas de capital que vieram de fora. Então, eles chegaram querendo expulsar esse pessoal (os gamela), querendo tirar eles. Tiveram força de expulsar uns daqui e esses resistiram e tão resistindo até hoje. Chegam pessoas que não querem o bem para essa comunidade, pessoas bem aqui mesmo, eu não vou citar nomes, mas é um político. Chega e diz; - Não, vocês, gente isso não vale a pena ir contra justiça. Não! Gente nós conhecemos nossos direitos...veio a questão indígena. Eu fiquei sabendo que uma pessoa disse: - Não, isso aí leva muito tempo, isso ai é besteira de entrar a questão indígena. Agradeço vocês que tão aqui mostrando a importância deles aqui e eles ficam cientes disso, da importância de ser reconhecido, de saber dos seus direitos...Tá se alavancando esse trabalho aqui e agradeço muito vocês e sejam bem-vindos aqui sempre”.

**(Iranete, Comunidade Vão do Vico / Sete Lagoas, em Santa Filomena, 06/05/2018).**

CE

A gente tá aqui na luta tentando defender nosso território, que é daqui que a gente vive, do nosso extrativismo. É do buriti, é do caju, é do nosso Cerrado. A gente não quer deixar isso, a gente não quer perder isso pros grileiros. Eles dizem que nós somos grileiros, mas não somos nós, são eles é que são grileiros. Quando eles aqui chegaram, nós aqui já estávamos”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Vão do Vico / Sete Lagoa, Santa Filomena, 06/05/2018).**

CE

É um passado difícil de se contar. Quando começou a grilagem, o prefeito da cidade de Santa Filomena, ele além de ser prefeito, o filho dele era delegado na época e eles eram os donos do cartório. Ele criou essa data, com mais de 30 famílias aqui dentro. Uma vez depois de criada a data ele disse: - Agora vocês vão me pagar renda. E a renda era cada tarefa, se colhesse 30 sacos, 4 ou 5 sacos era dele. Quando a terra começou a ser almejada financeiramente, aí começou essa pressão. A pressão foi acirrada. Inclusive houve moradores aqui antigos que saíram daqui amarrado. Foi tirado amarrado, jogado em cima da camionete e transportado. O gado que ele tinha, porco, toda a criação que ele tinha, o próprio Antônio Luís, que era prefeito da época tomou. Ele veio aqui e tomou. Dizem que esse cidadão foi pro Tocantins e lá ele morreu de desgosto. O nome dele era Saú, ele tinha de 50 pra 60 anos. Foi tirado a força”.



Teve muitos aqui que saíram assim. Mas esse era o mais conhecido. Tem uma baixa aqui que chama de Baixa do Saú. Todo mundo conhece essa história aqui. Recentemente é ameaça de morte. Escolta armada de meia em meia hora passando na frente das casas pra observar todos os movimentos dos moradores”.

**(Trabalhador Rural, Comunidade Vão do Vico / Sete Lagoa, Santa Filomena, 06/05/2018).**

Era pistoleiro ameaçando a nossa família direto. Só que eu também não abria não. Eles diziam que a terra é deles. Eu dizia: - Rapaz, enquanto vocês não trouxerem os documentos original de vocês, nós não saí daqui”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Vão do Vico / Sete Lagoa, Santa Filomena, 06/05/2018).**

Esse negócio deles aí na serra, que eles fazem assim, tudo que tinha nas serras aí eles acabaram. Acabaram tudo no correntão, com os tratores. Acabaram todas as caças com o veneno que eles estão colocando. Nós temos uma lagoa aqui...vem uma grota lá do São João e desce. Essa água desce envenenada. Esse riacho aqui a água é podre. Está matando até as piabas. E o Meio Ambiente que ele podia ir lá e frear eles, mas se um pequeno ir subir com uma espingarda, eles tão tocando ali na frente pra tomar a espingarda. Num deixa subir pra matar uma cacinha pra comer. Talvez não tenha nem um salário num tem. E eles tão fazendo isso botado pelos fazendeiros. Eles têm dinheiro. Além da água está envenenada, mata até as caça que bebe a água envenenada”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018).**

Meu esposo desceu da serra a troco de bala. Só não matou ele porque eles correram. Eles estavam deitados e eles chegaram atirando, atirando. Eles correram pra não morrer. Eu ainda disse: - Se eu tivesse lá eu matava um nem que fosse com um cacete. Eu sou uma índia velha que não tem medo de morrer”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018).**

Eu estava lá no rancho, de uma pra duas horas da manhã eles chegaram atirando. Eles mandaram sair, desocupar o barraco. Botaram a gente pra correr, a gente saiu. Fomos na delegacia e o delegado não resolveu nada”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018).**

Eu quero falar sobre os transportes aqui da JB e dos demais. Quando passam os carreteiros, os caçambeiros pela gente por aí, aí eles colocam o carro na gente. Eles não vão pelo lado dele. Como eu passei por uma caçamba agora, eu tive que entrar pro mato. Eles botam pra matar a gente... Somos ameaçados, tem o horário de passar nas estradas. Antes dele vim, já tinha a estrada de passar lá pro Uruçui, pra ir pra Formosa. Agora pra passar tem que ter o horário, por que hoje eles são dono de tudo, porque são poderosos. E água também lá onde eu moro, que moro aí perto do Luis, quando vem a água que chega num pé de planta, aquele pé de planta alí tá morto. Eles usam o secante, mata tudo o secante. Quando vem essa água mata a planta, mata as aves, mata tudo”.

**(Indígena Gamela, Comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018).**



Indígenas Gamela, comunidade Pirajá, em Currais, 07/05/2018.

## O desenvolvimento do Piauí em questão

O conceito de desenvolvimento abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em “redistribuição” e “igualdade”. O poder público por vezes tem agido no sentido de realizar uma política de incentivos como instrumento básico para a ocupação e o “desenvolvimento da região” do Cerrado. As ações desenvolvidas têm favorecido ao agronegócio e possibilitado a apropriação indevida de enormes áreas tradicionalmente ocupadas.

O projeto de desenvolvimento em curso tem encontrado forte resistência dos movimentos sociais tais como o MIQCB e sindicatos. Os Povos do Cerrado não se sentem incluídos e não se percebem como “sujeitos ativos” do desenvolvimento capitaneado pelo Estado. Ao que tudo indica isto continuará sendo um problema e estas coletividades continuarão sendo vista com um “entreve” a este “desenvolvimento”.

As comunidades, apesar das condições adversas, avançam nas lutas ontológicas, adotando a defesa de outros modelos de vida e diversidades territoriais. A oficina de produção deste boletim, assim como a relação de pesquisa desenvolvida, contribuiu para potencializar a autonomia dos Povos dos Cerrados e a defesa de territórios.

## A preservação dos babaçuais e florestas nativas

A preservação dos babaçuais está intimamente relacionada com a sobrevivência das quebradeiras de coco babaçu. Com recorrência afirmam: “onde tem palmeira tem quebradeira de coco e onde tem quebradeira de coco tem babaçu”. Esta percepção faz com que a defesa dos babaçuais e das florestas nativas seja imprescindível para o movimento. A identidade destas mulheres se confunde com a palmeira, que elas definem como mãe. São muitas as possibilidades de aproveitamento: as folhas são utilizadas na confecção de artesanatos e cobertura das casas; o caule é usado como adubo e estrutura das habitações; da casca fazem carvão, o mesocarpo é empregado na produção de bolo, mingal e multimistura; da amêndoa é produzido o azeite/óleo, que é bastante apreciado no preparo de alimentos e serve para fabricação de combustíveis, lubrificantes e sabão.



Feira realizada na comemoração do Dia da Quebradeira de Coco Babaçu, em Esperantina, 22/09/2017.



Comemoração do Dia da Quebradeira de Coco, em Esperantina, 24/09/2016.

A defesa das florestas é uma prioridade, pois dela depende a segurança alimentar, territorial e ambiental destas mulheres. Por esta razão, as quebradeiras se opõem aos empreendimentos que representam a invasão dos territórios, a destruição da vegetação nativa, o cercamento dos babaçuais e o envenenamento das águas. Repudiam o machismo, as ameaças e violências que sofrem dos fazendeiros. A derrubada das palmeiras, a venda e a queima do coco inteiro são percebidos como crimes ambientais.

Estão comprometidas com a construção do bem viver e reivindicam a autonomia da floresta. A Lei do Babaçu Livre é uma das iniciativas que visa esse fim e busca assegurar o usufruto coletivo dos povos extrativistas. É uma forma de proteger legalmente a floresta e regulamentar a prática das quebradeiras de coco babaçu, na medida em que estabelece o livre acesso aos babaçuais, até mesmo em propriedades privadas, e proíbe a derrubada das palmeiras. A meta é garantir a exploração do babaçu em regime de economia familiar e a continuidade da tradição e identidade coletiva. O MIQCB tem solicitado a aprovação desta lei na esfera federal, estadual e municipal, contudo há uma resistência e dificuldade de compreensão, sendo equivocadamente vista apenas como uma violação à propriedade privada. Como depende de decisão política, pois necessita da outorga do legislativo, a forte pressão dos latifundiários e a ação da bancada ruralista impedem a sua aprovação.

No Piauí, ainda não tiveram êxito em relação à lei, mas houve uma conquista significativa. O Governador Wellington Dias instituiu através da Lei 6.669 o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Este se tornou um dia de mobilização e luta, ocasião em que tentam sensibilizar a sociedade e o poder público para o problema dos babaçuais.

No Cerrado piauiense, o agronegócio é o principal opositor das quebradeiras de coco babaçu, pois ele tem sido o responsável pela devastação das palmeiras e de uma infinidade de plantas nativas e animais silvestres. Nesta região, a voz destas mulheres ecoa juntamente com as falas dos demais Povos do Cerrado. O processo de territorialização destas coletividades evidencia um uso específico deste bioma. Trata-se de uma forma de vida integrada à natureza e de baixo impacto ambiental. O conhecimento tradicional determina a forma de ocupação das serras e dos baixões: há lugares destinados à moradia, à agricultura, à pecuária, à pesca, à caça e à coleta do mel e dos frutos do Cerrado. Significa que não há espaços ociosos, como querem fazer acreditar os defensores da agricultura empresarial e do projeto de desenvolvimento defendido pelo poder público.

A expropriação territorial praticada no Cerrado piauiense tem resultado na ocupação das serras com monoculturas de soja e milho e confinamento das populações tradicionais em frações de terras nos baixões. Agora tentam expulsar estas coletividades até mesmo destas pequenas propriedades. O assédio tem aumentado juntamente com a grilagem de terra. A implementação da Lei 6.709, do ano de 2015, que dispõe sobre a reforma, regularização fundiária e colonização de terras devolutas pertencentes ao Estado do Piauí, tem servido para legalizar a referida expropriação e possibilitar o registro de grandes porções de terras para os “projeteiros”.

O projeto do MATOPIBA, embora atualmente esteja desativado formalmente enquanto ação do governo federal, é visto como o responsável pelo acirramento dos conflitos. As ações do poder público favoreceram aos grandes grupos econômicos em detrimento dos direitos territoriais dos povos do Cerrado. Diante do empenho do governo de continuar investindo neste projeto, os movimentos sociais se colocam em oposição e se articulam para enfrentar mais essa adversidade.



Estamos de pé e não nos deixaremos deter! Reafirmamos o caminho da insurgência dos povos pela nossa autonomia, pela garantia e cuidado com nossos territórios. Nosso compromisso é com os nossos modos de vida, com nossa forma de cantar, cultivar, dançar, relacionar. Não ao MATOPIBA, em defesa da Amazônia, do Cerrado e das Águas. Seguiremos cantando e agindo porque, “...A luta é por territórios livres! Pelo trabalho livre! Pelo coco liberto!!”.

(Carta de Repúdio do MIQCB ao MATOPIBA, 26/01/2017).

Os dados etnográficos presentes neste boletim são decorrentes de trabalho de campo constituído de visitas, reuniões, entrevistas, minicurso, oficinas, registro audiovisual e georeferenciamento de situações localizadas principalmente na região do Cerrado piauiense. Para evidenciar a rede extensa e complexa das interações que constituem a relação de pesquisa vivenciada, listamos os participantes de algumas atividades. Contudo, para preservar a integridade e o anonimato dos envolvidos em conflitos mais acirrados no momento, ocultamos os nomes em algumas falas apresentadas no boletim.

### Participantes da reunião realizada no Campus da UFPI, em Bom Jesus

Alane Borges Lima (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Àlefe Sena Lago (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Alessandro Ribeiro Santos (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Alex Mariano Pereira (LEDOC – UFPI / POVOADO PIRIPIRI - BOM JESUS), Aline da Silva Moura (LEDOC – UFPI / CRISTINO CASTRO), Altamiran Lopes Ribeiro (LEDOC – UFPI / CRISTINO CASTRO), Ana Dalva Lopes da Luz (LEDOC – UFPI / POVOADO SÃO FRANCISCO - PALMEIRA), Ana Lúcia Viana da Silva Rocha (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Ana Márcia Ribeiro Messias (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Ana Maria Anabe do Lago (LEDOC - UFPI), Ana Zilka Marques de Sousa (LEDOC – UFPI / POVOADO BARRA VERDE - BOM JESUS), Anabel Arnaldo Silva (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Andreia Guimarães Felipe Evangelista (LEDOC – UFPI / CURIMATÁ), Artemio Alves Dias (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Carolina Soares Barbosa (LEDOC / PROCAMPO – UFPI / STTR), Cláudia Regina Carvalho Santos (STTR / ASSENTAMENTO TABÓCA - CURRAIS), Cristiane Ribeiro dos Santos (LEDOC – UFPI / JÚLIO BORGES), Dario Santana da Costa (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Dayne Taís da Silva Santos (CIÊNCIAS SOCIAIS – UFPI / TERESINA), Débora Jonine Santana (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Dieide Pereira de Lacerda (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Edilene Rodrigues Oliveira (LEDOC – UFPI / ALVORADA DO GURGUÉIA), Elizabete Alves Carvalho (LEDOC – UFPI / ALTO ALEGRE), Elvira Alves da Silva (LEDOC – UFPI / COLÔNIA DO GURGUÉIA), Eva de Sousa Silva (LEDOC – UFPI / COLÔNIA DO GURGUÉIA), Fernanda Mota da Silva (LEDOC – UFPI / CRISTINO CASTRO), Francisca Elizangela Gonçalves Siqueira (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Francisca Hirlane Oliveira Diógenes (LEDOC – UFPI / ALVORADA DO GURGUÉIA), Francisco José Sousa Rocha (LEDOC – UFPI / CRISTINO CASTRO), Geusa Bezerra Costa (LEDOC - UFPI), Gildene Pereira Alves Rodrigues (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Gláucia Alves de Sousa (LEDOC – UFPI / JÚLIO BORGES), Guilherme Pereira (LEDOC – UFPI / GUARIBAS), Helena Rosa Jesus Lacerda (PROCAMPO – UFPI / SANTA LUZ), Hosana de Oliveira Silva (LEDOC – UFPI / ALVORADA DO GURGUÉIA), Igor Figueiredo da Silva (LEDOC – UFPI / ASSENTAMENTO PÉ DO MORRO – CRISTINO CASTRO), Ilana Magalhães Barroso (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA – UFPI / TERESINA), Ildinete Soares de Sousa (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Ivone Oliveira Neres (LEDOC – UFPI / COLÔNIA DO GURGUÉIA), Jakeline Aquino de Miranda (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Jânio Gomes de Carvalho (PROCAMPO – UFPI / CRISTINO CASTRO), Joanes dos Santos (CPT / POVOADO PIRIPIRI), João Benedito Fernandes da Costa



Reunião com pesquisadores do Campus da UFPI, em Bom Jesus



Reunião no Campus de Bom Jesus, para apresentar do PNCSA, explicar o Projeto Mapeamento da Região Ecológica do Babaçu e debater os problemas do Cerrado

(LEDOC – UFPI / CURRAIS), Jondelly Jouane dos Santos Silva (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), José Balbino Martins (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), José Ledy Carvalho Santos (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Josélia Rocha Alves (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Júlio Jacobina Lago (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Jussana Carvalho da Costa (LEDOC - UFPI), Kausbenio do Lago Costa (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Laécio Luz Santos (LEDOC – UFPI / COMUNIDADE AGROVILA - CURRAIS), Laides Alves de Sousa (MSTTR / COMUNIDADE BAIXÃO DE EUZÉBIO - CURIMATÁ), Laureci Ribeiro Batista da Silva (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Lázaro Rangel Nogueira de Sousa (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Leandro Barbosa Dias (LEDOC – UFPI / POVOADO RODEADOR – JÚLIO BORGES), Luziene Francisca da Silva (LEDOC – UFPI / JÚLIO BORGES), Marciel Rocha da Silva (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Marcos Antônio Ferreira de Souza (LEDOC – UFPI / COLÔNIA DO GURGUÉIA), Maria Aparecida Santana da Silva (LEDOC – UFPI / ASSENTAMENTO SÃO MARCOS), Maria Daguia Nunes da Fonseca (LEDOC - UFPI), Maria das Graças Alves de Sousa (LEDOC – UFPI / CRISTINO CASTRO), Maria das Mercês leal dos Anjos (LEDOC - UFPI), Maria das Mêrces Ribeiro Silva (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Maria do Socorro Pereira da Rocha (LEDOC – UFPI / COMUNIDADE ANGICAL II - CRISTINO CASTRO), Maria José Ribeiro de Sousa (MSTTR – LEDOC – UFPI / ASSENTAMENTO LAGOA DO MOCAMBO - CURIMATÁ), Maria Raimunda Borges Falcão (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Maria Salvadora Gomes Barros (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Maria Simone Euclides (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Marlon Duarte Barros (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Marta Pereira Marques (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Miraize Borges do Lago (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Moisés Rodrigues Bonifácio (LEDOC – UFPI / CURRAIS), Osnilton Alves Lima (LEDOC - UFPI), Patrícia dos Santos Bezerra (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Perlla Karoline de Sousa Monteiro (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Rafaela Brito de Moraes (LEDOC – UFPI / ELIZEU MARTINS), Railson Borges Lima (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Raimundo Nonato da Silva Araújo (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Rangelma Rodrigues dos Santos (LEDOC - UFPI), Reny Gonçalves da Silva (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Salvadora Benedita Leite da Silva (PROCAMPO – UFPI / COMUNIDADE QUILOMBOLA BREJÃO DOS AIPINS), Samira de Sousa Barros (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ), Sebastião Mendes Filho (EMATER-PI / LEDOC – UFPI / ALVORADA DO GURGUÉIA), Sebastião Pereira da Silva (LEDOC – UFPI / PALESTINA ZONA RURAL - BOM JESUS), Simone Benvindo Sena Lago (LEDOC – UFPI / BOM JESUS), Sônia Maria Ribeiro Souza (PROF. LEDOC – UFPI), Suyane dos Santos Barbosa (PROCAMPO - UFPI), Tainá Oliveira de Freitas (LEDOC – UFPI / CURRAIS), Talles Costa de Sousa (LEDOC – UFPI / BARRA DE SANTANA), Tássia Kellen Paraguai Nunes (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Thaynan Alves dos Santos (LEDOC / PROCAMPO - UFPI), Tiago Batista de Sousa (PROCAMPO – UFPI / COMUNIDADE LOURENÇO – REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Tiago de Carvalho Leite (LEDOC – UFPI / ALVORADA DO GURGUÉIA), Ukime Arfre Reinaldo (LEDOC – UFPI / CURIMATÁ), Valdênia Barbosa Paraguai (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Vitória Ramilly Mendes de Barbosa (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA), Viucléia Ferreira de Sousa (LEDOC – UFPI / SANTA LUZ) e Whane Rodrigues Rocha (LEDOC – UFPI / REDENÇÃO DO GURGUÉIA).



Minicurso Noções de Cartografia e Uso de GPS, realizado na Escola Família Agrícola, em Cristino Castro, 15 e 16/06/2017.

## Participantes das reuniões realizadas nos municípios de Cristino Castro (Comunidade Sítio), Currais (Comunidade Corrente Pará) e Palmeira (Comunidades São Francisco e Anajá)

Alberto Carvalho e Santos (Assentamento Taboca), Aldenore Ferreira dos Santos (Comunidade Sítio), Alessandra Ferreira Campos (Comunidade Sítio), Ana Vitoria S. Bessa (Comunidade Corrente Pará), Antonio da Silva Brito (Comunidade Vereda Vermelha), Caio Menezes (UFPI – LEDOC de Bom Jesus), Carliane Lopes Viana (Comunidade Corrente Pará), Carmem Leila Pereira (Comunidade Sussuapara), Cláudia Reyena Carvalho e Sentes (Assentamento Taboca), Deleina Dias Paulo (Comunidade São Francisco), Eliane do Nascimento Carvalho (Assentamento Taboca), Eva de Oliveira Amorim (Comunidade São Francisco), Fabiana Soares da Silva (Comunidade Coqueiro), Francisca Rodrigues dos Santos – Chica Lera (MIQCB Esperantina), Francisco José Sousa Rocha (CPT Cristino Castro), Gilamara Oliveira Leal (Comunidade Anajá), Gleiciane Cardoso Honorio (Assentamento São Marcos), Helia de Araújo Silva (Comunidade Palmeira), Irene Cardoso da Silva (Assentamento São Marcos), Jaionária Carvalho de Oliveira Alves (Comunidade São Francisco), Jeones dos Santos (Povoado Piripiri), João Batista de Fiano Soares (Barra de São Velho), José João Leal (Comunidade Sussuapara), José Raimundo Martins da Rocha (Comunidade Vereda Vermelha), José Wagner (Comunidade Sussuapara), Laize dos Santos Barbosa (Comunidade São Francisco), Lousiane dos Santos Soares (Comunidade Sítio), Laércio Luz Santo (Comunidade Agrovila), Luiza Pereira Ribeiro (Comunidade Barra do Coco), Maria Arlete Oliveira Amorim (Comunidade São Francisco), Maria de Jesus G. Barbosa (Comunidade Corrente Pará), Maria de Lurdes (Comunidade São Francisco), Maria Dias Paulo (Comunidade São Francisco), Maria do Carmo Santos Barbosa (Comunidade São Francisco), Maria do Socorro Ferreira de Carvalho (Comunidade Belo Monte), Maria Francisca F. Santos (Comunidade Sítio), Maria Malva Barbosa Chaves (Comunidade Vereda Vermelha), Maria Rita da Silva Dias (Comunidade Anajá), Maria Salvador Mendes Pacheco (Comunidade São Francisco), Maria Selma Soares (Comunidade Sítio), Marilene de Sousa Dias (Comunidade Anajá), Marilene Ferreira da Silva (Comunidade Anajá), Marlene de Sousa (Comunidade Anajá), Neide Fialho Lopes (Comunidade São Francisco), Onilton Alves Lima (Comunidade Eliseu Martins), Paloma Soares dos Santos (Comunidade Sítio), Sonia Maria Ribeiro de Sousa (UFPI – LEDOC de Bom Jesus) e Vitória Fonseca de Oliveira (Comunidade Corrente Pará)

## Participantes do Minicurso Noções de Cartografia e Uso de GPS e Oficina de Produção do Mapa, realizado na EFAVAG, em Cristino Castro

Aldenoura Ferreira dos Santos (Comunidade Sítio), Altamiram Lopes Ribeiro (Assentamento Ema – CPT Piauí), Ângela Maria Cesário Campos Silva (Comunidade Sítio), Aurélia Cesário Campos (Comunidade Sítio), Carlos Daniel V. dos Santos (Comunidade Santa Fé - Santa Filomena), Claudia Regina Carvalho Santos (Presidente do Território Chapada das Mangabeiras), Domingos Campos da Silva (Comunidade Sítio), Domingos Soares Ribeiro (Comunidade Sítio),



Oficina de produção do mapa, em Cristino Castro, 16 e 17/06/2017.

Dorilene Cesário Campos (Comunidade Sítio), Francisco José Sousa Rocha ( UFPI – LEDOC de Bom Jesus e CPT-Cristino Castro), Janio Gomes de Carvalho (UFPI- LEDOC de Bom Jesus), Jessica Maria Barros da Silva (PNCSA UEMA), José Lemos Leal( Comunidade São Francisco), Leonardo Ferreira dos Santos (Comunidade Sítio), Lousiane dos Santos Soares (Comunidade Sítio), Lousiene dos Santos Soares (Comunidade Sítio), Luzia Pinto de Sousa Silva (Comunidade Anajá), Márcia Leila de Castro Pereira (PNCSA UFPI), Marco dos Santos Ferreira (Comunidade Santa Luz), Marcos Mendes Santos (Comunidade São Francisco),

Maria das Mercês Alves de Sousa (Pedagogia da Terra-UESPI/Teresina), Maria das Mercês Leal dos Anjos (UFPI-LEDOC de Bom Jesus), Maria do Espírito Santa Ferreira Campos (Comunidade Sítio), Maria Solimar Soares de Araújo (Comunidade Sítio), Marilene Ferreira da Silva (Comunidade Anajá), Marlene de Sousa (Comunidade Anajá), Paulo Henrique Sousa Santos (CPT Floriano –Piauí), Raimundo Nonato Ferreira Nascimento (PNCSA/UFPI), Ramires Pereira Pacheco (Comunidade Santa Luz), Salvador de Sousa (Comunidade Anajá), Sávio Pereira Feitosa (Comunidade São Francisco).



Oficina de produção do mapa, em Cristino Castro, 16 e 17/06/2017.

### Participantes da Reunião com o Povo Gamela da Comunidade Vão do Vico/ Sete Lagoas, em Santa Filomena

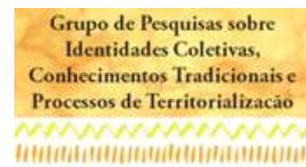
Andra Carla Pereira de Sousa (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Antônio James Rodrigues dos Santos (Gamela, Laranjeira, Bom Jesus), Antônio Nunes Pereira (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Breno de Sousa Rocha (bolsista PREX UFPI), Carmen Lucia Silva Lima (PNCSA UFPI), Charles Oliveira da Silva (Voluntário), Cicero Evangelista Dias (Tabajara, Canto da Várzea, Piripiri), Claudienne Nunes Cavalcante (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Cristhyan Kaline Soares da Silva (Bolsista PIBIC UFPI), Delzuite Nunes Pereira (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Erielde Pereira de Sousa (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Ermínio Sousa Ribeiro (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Filomeno de Sousa Miranda (Presidente da Associação de Investimento Social e Ambiental – AISA de Santa Filomena), Francisco Araújo (Visitante), Henrique Manoel do Nascimento (Cacique Tabajara Tapuio, Aldeia Nazaré, Lagoa de São Francisco), Iranete Pereira Cavalcante (Vereadora de Santa Filomena), Markisan de Pereira Cavalcante (Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Santa Filomena), James Jardel Lima Honorio (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena) José Arnaldo Nunes Pereira (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), José Orlando Nunes Pereira (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Joselane Dias Pereira (Tabajara, Piripiri), Luíz Augusto Maia Monteiro (Coordenado Regional da FUNAI Nordeste II), Magno Pereira de Sousa (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Maria do Socorro da Silva Rocha (SUPRES), Maria Zulmira Lima de Sousa (Gamela, Vão do Vico / Sete lagoas, Santa Filomena), Pamela Lucia Leal da Silva (mestranda em Antropologia da UFPI), Paulo Roberto Castro (Comunicador Social de Bom Jesus), Rogério Pereira de Sousa, Romeu Tavares de Lina neto (FUNAI Regional Nordeste II), Valdenia Lucena (FUNAI Regional Nordeste II).



## Participantes da Reunião com o Povo Gamela da Comunidade Pirajá, em Currais

Ariosvaldo Alves Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), Antônio James Rodrigues dos Santos (Gamela, Laranjeira, Bom Jesus), Breno de Sousa Rocha (Bolsista Prex UFPI), Carmen Lucia Silva Lima (PNCSA UFPI), Charles Oliveira da Silva (Voluntario), Cicero Evangelista Dias (Tabajara, Canto da Várzea, Piripiri), Cristhyan Kaline Soares da Silva (Bolsista PIBIC UFPI), Durval Ribeiro Soares (Gamela, Pirajá, Currais), Edite do Lago S. Costa (Gamela, Pirajá, Currais), Francineide de S. Alves (Gamela, Pirajá, Currais), Henrique Manoel do Nascimento (Cacique Tabajara Tapuio, Aldeia Nazaré, Lagoa de São Francisco), João Eurico Guarivo de Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), João Pereira de Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), José Aldemar de Sousa Carvalho (Gamela, Pirajá, Currais), Joselane Dias Pereira (Tabajara, Piripiri), Lucas Fernandes Carvalho (Gamela, Pirajá, Currais), Luís Alves de Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), Luíz Augusto Maia Monteiro (Coordenador Regional da FUNAI Regional Nordeste II), Maginalda Fernandes Soares (Gamela, Pirajá, Currais), Manuel dos Reis de Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), Marcos de Sousa Silva (Gamela, Pirajá, Currais), Maria Cleide Alves de Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), Maria da Visitação Fé de Sousa (Gamela, Pirajá, Currais), Maria do Socorro da Silva Rocha (SUPRES), Osilete José Jeová Oliveira (Gamela, Pirajá, Currais), Pamela Lucia Leal da Silva (mestranda em Antropologia da UFPI), Pedro Ribeiro da Costa Neto (Gamela, Pirajá, Currais), Romeu Tavares de Lina neto (FUNAI Regional Nordeste II), Valdenia Lucena (FUNAI Regional Nordeste II).

Realização:



Financiamento:



FORD FOUNDATION

Apoio:



**EFAVAG**

**PROPESQ**  
Pró-Reitoria de Pesquisa





## BOLETIM

1. Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí